



ITAUTEC S.A.
CNPJ nº 54.526.082/0001-31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos as Demonstrações Contábeis da ITAUTEC S.A. ("Itaútec"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS (em milhares de Reais)
A Itaútec apresentou, ao final do exercício de 2025, lucro líquido de R\$4.689 e patrimônio líquido de R\$245.998.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$270.530 representado, substancialmente, pelo montante em Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 5) e Créditos com precatórios (Nota 8).

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL <i>(Em milhares de Reais)</i>							
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	5	21.963	37.127	Fornecedores		1.222	737
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	542	2.285	Obrigações com pessoal		16	7
Outros tributos a compensar		14	-	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9	-	10.116
Outros ativos	7	703	558	Outros tributos a recolher		95	3.722
Total Circulante		23.222	39.970	Dividendos	11.3	45	1.270
				Outros passivos	7	3.273	-
Não Circulante				Total Circulante		4.651	15.852
Realizável a longo prazo		247.308	239.728	Não Circulante			
Depósitos judiciais	10.4	1.730	3.192	Provisões	10	15.899	18.414
Créditos com precatórios	8	245.405	236.207	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9.2	427	826
Outros ativos	7	173	329	Outros tributos diferidos		60	115
Total não Circulante		247.308	239.728	Outros passivos	7	3.495	3.137
				Total não Circulante		19.881	22.492
TOTAL DO ATIVO				TOTAL DO PASSIVO		24.532	38.344
		270.530	279.698	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	11.1	162.782	84.253
				Reservas de lucros	11.2	83.216	157.101
				Total do Patrimônio Líquido		245.998	241.354
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		270.530	279.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO <i>(Em milhares de Reais)</i>					
	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		26.641	68.409	-	95.050
Transações com os acionistas					
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	11.1 (b)	42.612	(42.612)	-	-
Aumento de capital por meio de crédito de dividendos	11.1 (b)	15.000	-	-	15.000
Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	11.2	-	(1.114)	-	(1.114)
Lucro líquido do exercício		-	-	133.688	133.688
Destinação do lucro					
Reserva legal	11.2	-	6.684	(6.684)	-
Dividendos do exercício	11.3.1	-	-	(1.270)	(1.270)
Reservas estatutárias	11.2	-	125.734	(125.734)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		84.253	157.101	-	241.354
Saldo em 31 de dezembro de 2024		84.253	157.101	-	241.354
Transações com os acionistas					
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	11.1 (a)	78.529	(78.529)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	4.689	4.689
Destinação do lucro					
Reserva legal	11.2	-	234	(234)	-
Dividendos do exercício	11.3.1	-	-	(45)	(45)
Reservas estatutárias	11.2	-	4.410	(4.410)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		162.782	83.216	-	245.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2025 <i>(Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)</i>	
1. CONTEXTO OPERACIONAL A Itaútec S.A. ("Companhia" ou "Itaútec") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Itaúsa S.A. ("Itaúsa"), constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil. A Companhia tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e na prestação de serviços. A Itaútec não é mais uma empresa operacional e a Administração da Itaúsa, na qualidade de acionista controladora da Itaútec, se necessário, poderá prover suporte financeiro à Companhia no intuito de garantir o cumprimento de suas obrigações. Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2026.	Com exceção da norma CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis, a Itaútec não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade
As Demonstrações Contábeis da Itaútec foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Itaútec de cumprir com suas obrigações. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Itaútec na sua gestão.

2.2. Base de mensuração
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira
As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.
A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da Itaútec.
As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos em contrapartida do Resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.
Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.
As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Perda esperada de créditos com precatórios (Nota 8);
 - Reconhecimento dos tributos diferidos (Nota 9); e
 - Provisões, Ativos e Passivos contingentes (Nota 10).
- 2.5. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas**
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o CPC emitiu novas normas e revisões às normas já existentes.
2.5.1. Normas revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025
No exercício de 2025 a Itaútec adotou as revisões relacionadas abaixo as quais não apresentaram impactos em suas Demonstrações Contábeis:

Norma	Descrição
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto	Contempla ajustes de redação relacionadas a aplicação do método da equivalência patrimonial.
ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Contempla ajustes de redação e atualização de referências às normas posteriores a sua emissão.

2.5.2. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas
As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 - Instrumentos financeiros	Contempla: (i) esclarecimento sobre a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos; (ii) orientações adicionais para avaliação se um ativo financeiro atende ao critério "de somente pagamento de principal e juros"; (iii) novas divulgações para instrumentos financeiros com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (Ex. instrumentos vinculados à metas ASG); e (iv) atualizações sobre as divulgações de instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	1º janeiro de 2026
Melhorias anuais às normas contábeis IFRS - Volume 11	Alterações de escopo limitado como parte do seu processo de melhorias anuais. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1º janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis	Substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras por similaridade. Alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o "lucro ou prejuízo operacional" como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos. A nova norma será aplicada de forma retrospectiva e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.	1º janeiro de 2027

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis que a Companhia adotou, de forma consistente nos exercícios, estão apresentadas, de maneira resumida, nas respectivas notas explicativas.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
Política Contábil
• **Instrumentos financeiros**
São reconhecidos na data de contratação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial.
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Custo amortizado		VJR		Total	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	3.655	39	18.308	37.088	21.963	37.127
Depósitos judiciais	10.4	1.730	3.192	-	-	1.730	3.192
Créditos com precatórios	8	245.405	236.207	-	-	245.405	236.207
Outros ativos	7	876	887	-	-	876	887
Total de Ativos financeiros		251.666	240.325	18.308	37.088	269.974	277.413
Passivos financeiros							
Fornecedores		1.222	737	-	-	1.222	737
Obrigações com pessoal		16	7	-	-	16	7
Dividendos	11.3	45	1.270	-	-	45	1.270
Outros passivos	7	6.768	3.137	-	-	6.768	3.137
Total de Passivos financeiros		8.051	5.151	-	-	8.051	5.151

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO <i>(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>			
	Nota	2025	2024
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(9.685)	(10.147)
Outras receitas e despesas	13	(192)	64.697
Total das receitas e despesas operacionais		(9.877)	54.550
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado financeiro e do Imposto de Renda e da Contribuição Social			
		(9.877)	54.550
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	17.491	96.653
Despesas financeiras	14	(3.324)	(6.236)
Total do Resultado Financeiro		14.167	90.417
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			
		4.290	144.967
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.1	-	(11.154)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	399	(125)
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social		399	(11.279)
Lucro líquido do exercício			
		4.689	133.688
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)		11.072	11.072
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		0,42	12,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO <i>(Em milhares de Reais)</i>			
		2025	2024
Lucro líquido do exercício		4.689	133.688
Total de Outros resultados abrangentes		-	-
Total do Resultado abrangente		4.689	133.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO <i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para reconciliação do lucro líquido			
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		4.290	144.967
Provisões		(1.672)	(9.585)
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		(10.706)	(79.888)
Programa Litígio Zero		-	(9)
Créditos com precatórios	8	-	(58.038)
Resutado na venda de investimentos (líquido de reversão de perdas)		(501)	-
		(8.589)	(2.553)
Variações nos Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		2.458	725
(Aumento) Redução em Outros ativos		3.566	1.105
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		(3.627)	1.459
Aumento (Redução) em Fornecedores		485	(785)
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		9	3
Aumento (Redução) em Outros passivos		1.419	10.633
		4.310	13.140
Caixa proveniente das operações		(4.279)	10.587
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		(10.116)	(361)
Caixa líquido (aplicado nas) gerados nas atividades operacionais		(14.395)	10.226
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de investimentos		501	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		501	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	11.3.2	(1.270)	(6.308)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.270)	(6.308)
Aumento líquido (redução) de Caixa e equivalentes de caixa			
		(15.164)	3.918
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.127	33.209
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		21.963	37.127
		(15.164)	3.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
• **Ativos financeiros**
Posteriormente ao reconhecimento inicial, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:
Custo amortizado: São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
Valor justo por meio do resultado (VJR): São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponde somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado. Periodicamente é avaliada a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (impairment) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por impairment são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em exercícios anteriores.
Uma perda por impairment anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo.

• **Passivos financeiros**
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
• **Valor justo**
É determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados, buscando o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.
A classificação das mensurações de valor justo é realizada utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:
Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e/ou passivos idênticos;
Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A Administração entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.
4.1. Instrumentos financeiros
A administração dos instrumentos financeiros é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras visando assegurar a preservação de liquidez e continuidade dos negócios.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>



ITAUTEC S.A.
CNPJ nº 54.526.082/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo, principalmente, em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros.

(a) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos financeiros mensurados a valor justo são classificados na hierarquia como nível 2.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros a custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrente do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

4.2.1. Riscos de mercado

Envolve, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das oscilações no mercado.

A Companhia não está exposta a risco significativo em relação à oscilação de taxas de câmbio.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que geram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e o regate garantido pelo valor da quota no dia de resgate.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apresenta risco significativo de oscilação nos saldos em decorrência de variação de taxas de juros (indexadores).

4.2.2. Riscos de crédito

Compreende a possibilidade de ocorrerem perdas resultante da dificuldade de realização de seus recebíveis e demais créditos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa e Créditos com precatórios, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

Na gestão do risco de crédito do: (i) Caixa e Equivalentes de caixa a Companhia estabeleceu limites de exposição e critérios de seleção para contrapartes de operações financeiras conforme classificação de risco (*rating*). A Administração entende que as operações de aplicações financeiras não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais; e (ii) Créditos com precatórios a Companhia acompanha os históricos de impontualidade nos pagamentos e avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

4.2.3. Riscos de liquidez

Corresponde à possibilidade da Companhia não honrar seus compromissos financeiros nas datas de vencimento por falta de recursos suficientes, em decorrência de descasamentos que possam afetar de forma relevante sua capacidade de pagamento.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Fornecedores	1.222	-	1.222
Obrigações com pessoal	16	-	16
Dividendos	45	-	45
Outros passivos	3.273	3.495	6.768
	4.556	3.495	8.051

4.3. Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil

O caixa e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado e as aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos, estão mensurados a valor justo.

5.1. Composição

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possibilidade de resgate imediato.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	3.655	39
Equivalentes de caixa		
Fundos de investimento	18.308	37.088
Total	21.963	37.127

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

A variação no exercício de R\$1.743 é composta, substancialmente, por ingressos, restituições de tributos, compensações efetuadas e reversão de provisão para perdas anteriormente constituídas.

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros ativos					
Adiantamento					
a fornecedores	7.1	327	-	-	-
Despesas antecipadas		167	367	173	128
Outros ativos		209	191	-	201
Total		703	558	173	329
Outros passivos					
Honorários advocatícios		-	-	3.347	2.989
Processos judiciais	7.1	3.273	-	-	-
Compromisso com ex-acionistas		-	-	148	148
Total		3.273	-	3.495	3.137

7.1. Acordos judiciais

Montante decorrente de acordo judicial firmado com o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS para extinção de ação regressiva movida contra a Companhia, liquidado em janeiro de 2026, incluindo honorários judiciais e parcelas acordadas.

8. CRÉDITOS COM PRECATÓRIOS

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	8.1	104.516	99.825
Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus	8.2	140.506	134.174
ICMS/SP atualização de saldo credor	8.3	89.787	89.787
Demais precatórios		383	2.208
(-) Provisão para perdas	8.3	(89.787)	(89.787)
Total		245.405	236.207

8.1. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Refere-se ao crédito de PIS e COFINS advindo do reconhecimento judicial obtido em Mandado de Segurança, no qual foi pleiteado o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. A decisão tornou-se definitiva após o STF julgar a tese de forma favorável aos contribuintes, em regime de repercussão geral, nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706.

Do valor pleiteado, em 23 de março de 2023 a Fazenda Nacional reconheceu como devido o montante de R\$92.805, resultando no reconhecimento contábil do ativo, dos quais R\$35.592 corresponde ao PIS e COFINS recuperados, e R\$57.213 atualização monetária.

Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela Companhia, inclusive com relação à parcela controversa (Nota 10.3.2.2.), cuja avaliação dos assessores jurídicos é de risco remoto com relação à parcela incontroversa.

8.2. Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus

Em setembro de 2022 a Itaútec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral (Tema nº 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP), sendo também definido o critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008).

Em dezembro de 2024, com o reconhecimento pela Fazenda Nacional do valor devido, a Itaútec reconheceu o ativo no valor atualizado de R\$134.174, dos quais R\$58.009 correspondem ao principal, reconhecido em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas" (Nota 13.1) e R\$76.165, correspondem a atualização monetária, reconhecido no "Resultado financeiro" (Nota 14.1). Atualmente, aguarda-se pagamento do precatório expedido em março de 2025.

8.3. ICMS/SP atualização de saldo credor

Refere-se a decisão judicial transitada em julgado reconhecendo à Itaútec o direito integral ao crédito de ICMS, pleiteado em ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito, na qual se discutia o direito à atualização monetária sobre saldos credores originados das apurações mensais de ICMS, determinada pela variação da UFESP, no período de janeiro de 1989 a abril de 1993. Baseada no histórico de impontualidade nos pagamentos de precatórios emitidos pelo Estado de São Paulo, a Itaútec reconheceu perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) da totalidade dos referidos créditos.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são representados pelos tributos abaixo, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Imposto de Renda e Contribuição Social", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado abrangente:

• *Correntes, apurados conforme a legislação tributária vigente; e*
• *Diferidos, apurados sobre os ativos e os passivos fiscais diferidos, representados por diferenças temporárias e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.*

Os tributos correntes estão apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados. Os tributos diferidos estão apresentados no Não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração. Novas informações podem ser disponibilizadas, podendo alterar o julgamento com relação aos tributos já registrados, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

9.1. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	4.290	144.967
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	(1.459)	(49.289)
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos		
Juros sobre capital próprio	-	2.523
Créditos tributários realizados/(não constituídos)	(235)	6.097
Atualização Selic sobre ICMS na base do PIS/COFINS	1.972	27.186
Outros	121	2.204
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	399	(11.279)
Correntes	-	(11.154)
Diferidos	399	(125)
Alíquota efetiva	-9,3%	7,8%

9.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$68.739 (R\$68.594 em 31 de dezembro de 2024), não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização. Referidos créditos, poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para utilização.

10. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política Contábil

• Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As obrigações legais, independente da avaliação da probabilidade de perda, são provisionadas.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As atualizações das provisões e dos depósitos judiciais em garantia são reconhecidas no Resultado financeiro.

• Passivos Contingentes

Aqueles avaliados como risco de perda possível ou remoto não são provisionados, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

• Ativos Contingentes

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos no período em que a sua realização é praticamente certa.

10.1. Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

Segue abaixo as movimentações das provisões durante os exercícios:

	Tributários (Nota 10.1.1.)	Trabalhistas (Nota 10.1.2.)	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	19.235	6.681	2.002	27.918
Causas judiciais				
Constituição	133	781	-	914
Atualização monetária	973	611	221	1.805
Programa Litígio Zero (***)	(27)	-	-	(27)
Pagamentos	-	(1)	-	(1)
Conversão em renda (**)	(6.838)	(3.634)	-	(10.472)
Subtotal	13.476	4.438	2.223	20.137
(-) Depósitos judiciais (*)	(1.723)	-	-	(1.723)
Saldo em 31/12/2024 líquido de depósitos judiciais	11.753	4.438	2.223	18.414
	Tributários (Nota 10.1.1.)	Trabalhistas (Nota 10.1.2.)	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2024	13.476	4.438	2.223	20.137
Causas judiciais				
Constituição	100	72	-	172
Atualização monetária	886	239	188	1.313
Reversal	(93)	-	-	(93)
Pagamentos (****)	-	(3.879)	-	(3.879)
Conversão em renda (**)	(1.751)	-	-	(1.751)
Saldo em 31/12/2025	12.618	870	2.411	15.899

() Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais" (Nota 10.4).*

*(**) Baixa definitiva de processos julgados de forma desfavorável à Companhia, com a liberação dos valores depositados em juízo em favor da parte reclamante.*

*(***) Transação tributária de débitos fiscais federais com redução de juros e multas e utilização de prejuízo fiscal.*

*(****) Do montante total, R\$3.273 refere-se a um acordo judicial, liquidado em janeiro de 2026 (Nota 7.1).*

10.1.1. Tributários

PIS e COFINS

Destaca-se a autuação lavrada em 2015 referente à cobrança de PIS e COFINS do ano-calendário de 2011, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$82.747 (R\$77.294 em 31 de dezembro de 2024). Desse montante, R\$10.454 (R\$9.795 em 31 de dezembro de 2024) são classificados como risco provável.

A cobrança advém de: (i) glosa de créditos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de insumos; e (ii) multa por alegado armazenamento incorreto de informações fiscais, em desconformidade ao previsto na Instrução Normativa nº 86/2001.

Em outubro de 2024, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") anulou parcialmente a autuação. No momento, a Companhia aguarda a operacionalização da redução dos valores promovidos por ocasião do referido julgamento pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

10.1.2. Trabalhistas

Os processos trabalhistas judiciais e administrativos são provisionados com base na pretensão formulada pelo reclamante e segundo a avaliação dos assessores jurídicos, das provas, documentos e informações transmitidas pela área de recursos humanos e pela área na qual o reclamante estava lotado.

A cada decisão proferida no processo (sentença ou acórdão) os valores contingenciados são revistos periodicamente com a finalidade de tornar a provisão o mais próxima possível do risco efetivo de desembolso por parte da Companhia.

A provisão é atualizada mensalmente pela SELIC para os casos que já ocorreram a citação judicial, ou já tiveram sentença transitada em julgado que não havia previsto índice específico, conforme decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"). Para os processos com sentença transitada em julgado em que consta a previsão expressa do indexador e taxa de juros, aplica-se o índice previsto (Taxa Referencial ("TR") ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E")) acrescido de juros de 1% ao mês.

10.2. Passivos contingentes

A Companhia possui processos em discussão, cuja perda foi avaliada como possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	10.2.1	104.795	99.502
Cíveis		285	268
Total		105.080	99.770

10.2.1. Tributários

Em 31 de dezembro de 2025 destacam-se: (i) R\$63.414 (R\$59.524 em 31 de dezembro de 2024) referentes às discussões judiciais e administrativas envolvendo glosa de créditos de PIS e COFINS; e (ii) R\$24.094 (R\$22.930 em 31 de dezembro de 2024) referentes às discussões administrativas envolvendo indeferimento de compensações realizadas com créditos de tributos federais recuperados judicialmente.

10.3. Ativos contingentes

10.3.1. Prováveis

A Companhia possui ativos contingentes oriundos de processos judiciais que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não se encontram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. O montante aproximado, antes dos tributos e custos relacionados, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$49.851 (R\$20.278 em 31 de dezembro de 2024) e, em caso de resolução favorável, a Administração entende que este valor deverá ser recebido a longo prazo.

A variação no exercício refere-se principalmente ao processo de contribuições previdenciárias sobre verbas indenizatórias (Nota 10.3.1.2)

10.3.1.1. Bônus do Tesouro Nacional - ("BTN")

A Companhia obteve decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/90, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito será discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será recebido por meio de precatório judicial.

10.3.1.2. Contribuições previdenciárias sobre verbas indenizatórias

A Companhia foi beneficiada pela modulação dos efeitos do julgamento do Tema nº 985 do STF, que assegurou às empresas que ajuizaram ações até 15 de setembro de 2020 o direito de recuperar contribuições previdenciárias indevidamente recolhidas sobre o adicional de 1/3 de férias e sobre o aviso prévio indenizado. O saldo atualizado do processo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$33.879 e a restituição ocorrerá por meio de precatório, após trânsito em julgado da ação.

10.3.2. Possíveis

A Companhia também possui outros potenciais ativos contingentes com probabilidade de êxito classificada como "possível", dentre os quais destacamos os processos abaixo.

10.3.2.1. Sobrepreço na compra de cinecópias e tubos

Em dezembro de 2015, a Itaútec ajuizou ação reparatória na Holanda objetivando o ressarcimento de sobrepreço pago na compra de cinecópias e tubos CRT ("Cathode Ray Tubes") utilizados pela Itaútec na fabricação de televisores e monitores de computador - CPTs e CDTs - em decorrência da conduta cartelizada, no Brasil e no exterior, pelas respectivas fabricantes, no período entre 1995 e 2007.

Em agosto de 2020 e novembro de 2021 a Companhia celebrou Acordo com as empresas LG Electronics Inc., Philips e Technicolor (e suas afiliadas), ocasionando uma recuperação de despesa no montante de R\$113.123 reconhecidos na rubrica "Outras Receitas e Despesas". Em fevereiro de 2024, um dos réus recorreu de decisão favorável para a Companhia, o qual aguarda julgamento perante a Suprema Corte da Holanda. O valor da indenização será apurado em sede de perícia.

10.3.2.2. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Refere-se a parcela controversa da ação em que se discute a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 8.1).

Em 31 de dezembro de 2025, a parcela controversa no montante de R\$115.211 (R\$103.953 em 31 de dezembro de 2024) não foi reconhecida pela Fazenda Nacional sob o argumento de que foram valores recolhidos via compensação ou oriundos de saldo credor que não podem compor o indébito tributário. A Itaútec apresentou defesa demonstrando a regularidade das compensações e da formação do saldo credor e aguarda julgamento.

10.3.2.3. Retirada do patrocínio do Plano de Contribuição Definida - Plano PAI-CD

Em novembro de 2023, a Itaútec comunicou à Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação") sua decisão de rescindir o convênio de adesão e solicitar a retirada de patrocínio do Plano PAI-CD, incluindo o recebimento do saldo do Fundo Programa Previdencial (Nota 15.1.1). Após o protocolo do pedido pela Fundação junto à PREVIC, o processo foi arquivado em razão de alteração normativa superveniente, editada após o protocolo.

A Itaútec ajuizou Mandado de Segurança com o objetivo de assegurar o direito à análise do pedido conforme regulamentação vigente à época do protocolo e, em janeiro de 2025, obteve decisão favorável, o que resultou no desarquivamento do processo pela PREVIC. A análise do requerimento encontra-se em andamento.

10.4. Depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Tributários (*)	1.690	3.116
Trabalhistas	40	76
Total	1.730	3.192

() A variação é decorrente da conversão em renda após sentença desfavorável à Companhia.*

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O Capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$162.782 (R\$84.253 em 31 de dezembro de 2024) representado por 11.072.186 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

(a) Eventos 2025

Em 30 de abril de 2025, os acionistas deliberaram o aumento do Capital social com integralização de Reservas de



ITAUTEC S.A.
CNPJ nº 54.526.082/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Nota	2025	2024
Créditos com precatórios	13.1	-	58.038
Resultado na venda de investimentos (cotas FINAM/FINOR)		501	-
Recuperação de despesas		393	1.486
Provisão/Reversão de perda com tributos	13.2	(733)	6.389
Provisões com processos		(215)	(1.356)
Despesas tributárias		(8)	(4)
Outros		(130)	144
Total		(192)	64.697

13.1. Créditos com precatórios

Em 2024, do montante de R\$58.038, R\$58.009 refere-se ao reconhecimento inicial do crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus (Nota 8.2).

13.2. Reversão de perda com tributos

Em 2024, a Companhia obteve restituição de tributos, junto a RFB, no montante de R\$8.511 resultando na reversão da perda anteriormente reconhecida no montante de R\$4.665.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		3.250	4.460
Varição cambial ativa		18	19
Programa Litígio Zero		-	9
Atualização de depósitos judiciais		508	1.990
Créditos judiciais e administrativos	14.1	11.396	86.854
Outras atualizações monetárias		2.319	3.321
		17.491	96.653

Despesas financeiras

PIS/COFINS sobre receita financeira	(749)	(4.317)
Varição cambial passiva	(35)	(57)
Atualização de provisões com processos	10.1	(1.303)
Outras atualizações monetárias	(1)	(49)
Outras despesas financeiras	(1.236)	(8)
	(3.324)	(6.236)
	14.167	90.417

14.1. Créditos judiciais e administrativos

Do montante em 2025 de R\$11.396 (R\$86.854 em 2024), R\$6.332 (R\$76.165 em 2024) refere-se à atualização monetária do crédito de IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus (Nota 8.2).

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

15.1. Planos de previdência privada

A Companhia faz parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou semelhantes aos da Previdência Social e regulada pelos órgãos competentes.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida - PAI - CD ("Plano PAI-CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano PAI-CD.

15.1.1. Plano de Contribuição Definida - Plano PAI-CD

O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores.

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2025 com 1.309 participantes (1.336 em 31 de dezembro de 2024), sendo 1 ativo, 374 assistidos e 934 vinculados.

No Plano PAI-CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas.

A Companhia não realizou contribuições nos exercícios de 2025 e 2024 por não haver colaboradores contribuintes do Plano PAI-CD e, caso houvesse, a Companhia utilizaria o Fundo Previdencial.

(a) Fundo Previdencial

A Itautec detém direito econômico sobre o Fundo Programa Previdencial, administrado pela Fundação, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.271.136 (R\$1.163.873 em 31 de dezembro de 2024). O montante corresponde a contribuições da patrocinadora que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, sendo utilizado para compensação de contribuições futuras, conforme previsto no regulamento do Plano PAI-CD.

15.1.2. Plano de Benefício Definido - Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Devido a posição superavitária do plano, a Companhia não espera realizar contribuições no exercício de 2026.

		31/12/2025		31/12/2024	
Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano
(59.120)	96.297	(37.177)	-	(65.280)	103.502
(2)	-	-	(2)	(2)	-
(5.893)	9.826	(3.724)	209	(5.749)	9.300
-	(560)	-	(560)	-	(9.664)
(4.733)	-	-	(4.733)	(420)	-
2.260	-	-	2.260	5.490	-
-	-	2.826	2.826	-	-
7.015	(7.015)	-	-	6.841	(6.841)
(60.473)	98.548	(38.075)	-	(59.120)	96.297

16. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. A Companhia segue a "Política para Transações com Partes Relacionadas", estabelecida pela sua controladora Itaúsa, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar ou pagos à Itaúsa (Nota 11.3), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Natureza	Relacionamento	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Caixa e Equivalentes de caixa			
Itaú Unibanco	Conta corrente	20	21
Total		20	21
Resultado			
Despesas gerais e administrativas			
Itaú Corretora	Prestação de serviços de escrituração de ações	(25)	(21)
Total		(25)	(21)

A Companhia possui garantias prestadas pela Itaúsa, representadas por operação de aval garantidor de seguro garantia em processos judiciais, em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$50.853 (R\$57.072 em 31 de dezembro de 2024).

17. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Atividades de financiamento

Dividendos deliberados não pagos
Aumento de capital por meio de crédito de dividendos

	2025	2024
	45	1.270
	-	(15.000)
Total	45	(13.730)

DIRETORIA			CONTADORA
Maria Fernanda Ribas Caramuru	Priscila Grecco Toledo	Ricardo Egydio Setubal	Sandra Oliveira Ramos Medeiros
			CRC 1SP 220.957/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Itautec S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Itautec S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

Contadora CRC 1SP245281/O-6

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>